

Eleitor não é bobo



Gaudêncio Torquato (*)

Durante muito tempo, repetiu-se como mantra que o eleitor brasileiro tinha memória curta.

A tese serviu de álibi para governantes, partidos e grupos de interesse que apostavam no esquecimento como método político. O problema é que o tempo passou, o país mudou — e o eleitor também. Hoje, mais informado, mais desconfiado e mais atento às conexões de poder, o cidadão percebe quando a retórica não corresponde aos fatos.

Pesquisas recentes de institutos como Quaest/Genial e AtlasIntel/Bloomberg apontam que o eleitor acha que a corrupção voltou ao topo da lista dos maiores problemas nacionais, ao lado da violência urbana e das deficiências no sistema público de saúde. Não se trata de nostalgia do passado nem de paranoia coletiva. Trata-se de percepção construída a partir de uma sequência de fatos, investigações e escândalos que voltaram a ocupar o noticiário policial e político.

O brasileiro comum acompanha, ainda que de forma fragmentada, as notícias sobre fraudes no INSS, esquemas de venda de títulos suspeitos no sistema financeiro, investigações envolvendo fundos de investimento e apurações sobre lavagem de dinheiro do crime organizado. Mesmo quando os processos ainda estão sob investigação e longe de sentenças definitivas, a sensação que se inscreve é clara: algo está fora do lugar.

Essa percepção não nasce apenas do fato em si, mas do entorno institucional que o cerca. O eleitor observa que muitos desses episódios atravessam instâncias do Congresso, do Executivo e do Judiciário sem produzir respostas rápidas, claras ou exemplares. O resultado é um sentimento difuso de impunidade — ou, no mínimo, de condescendência sistêmica.

O caso das fraudes previdenciárias, por exemplo, afeta diretamente o bolso e a dignidade de milhões de brasileiros. Já as suspeitas envolvendo o sistema financeiro — espaço que deveria operar sob rigor técnico e fiscalização permanente — reforçam a impressão de que há áreas blindadas por relações políticas,

lobistas eficientes e zonas cinzentas de regulação. Quando surgem indícios de que organizações criminosas tentam infiltrar recursos ilícitos em estruturas formais da economia, o alerta social se amplia.

Não é preciso que o eleitor domine os detalhes jurídicos ou financeiros dessas operações. Basta-lhe perceber o padrão: investigações que se arrastam, personagens poderosos que raramente aparecem algemados, discursos oficiais que relativizam fatos graves e uma sucessão de explicações técnicas que pouco dialogam com a vida real. O cidadão não precisa de provas nos autos; ele julga pelo contexto.

É nesse ponto que a política erra ao subestimar a inteligência coletiva. O eleitor não exige perfeição moral, mas espera coerência, transparência e ação. Quando percebe que escândalos são tratados como "ruído", "narrativa" ou "exagero da imprensa", reage com ceticismo. E ceticismo, em democracia, é combustível para o voto de protesto, a abstenção ou a radicalização.

A volta da corrupção ao centro das preocupações nacionais não significa apenas rejeição a governos ou partidos específicos. É um sinal de fadiga institucional. O eleitor enxerga um Estado que promete muito, entrega pouco e se protege demais. Enxerga serviços públicos frágeis, ruas inseguras e, ao mesmo tempo, redes de poder funcionando com eficiência notável para se autopreservar.

Em ano eleitoral, ignorar esse sentimento é erro estratégico. Campanhas que apostarem apenas no velho marketing, com slogans vazios ou ataques laterais tendem a tropeçar no óbvio: o eleitor está vendo. Não compra gato por lebre. Compara discursos e fatos. Está conectando pontos.

A democracia não vive apenas de votos, mas de confiança. E confiança, uma vez corroída, não se recomposta com propaganda. O eleitor não é bobo. Ele percebe quando a política tenta empurrar para debaixo do tapete aquilo que salta aos olhos de todos.

E, quando percebe, responde nas urnas — ou fora delas.

(*) Escritor, jornalista, professor titular da USP e consultor político.

Reino Unido apoia graduação em Engenharia de Drones

Um novo curso de graduação em Engenharia de Drones, considerado de ponta, receberá sua primeira turma de estudantes em setembro deste ano.

Vivaldo José Breternitz (*)

O governo britânico destinou cerca de US\$ 330 mil para apoiar a iniciativa, que será oferecida pelo New Model Institute for Technology and Engineering (NMITE), em Hereford, Inglaterra.

O NMITE é uma instituição fundada em 2018 com o objetivo de ajudar a suprir a falta de engenheiros qualificados no Reino Unido (problema que também afeta o Brasil) e é conhecida por seus métodos de ensino baseados em projetos, com uma abordagem do tipo "mão na massa".

O diferencial do curso está na participação direta do Exército Britânico, responsável por coordenar o curso e compartilhar tecnologias testadas em campo de batalha, baseadas principalmente em lições aprendidas na Ucrânia. O objetivo declarado é tornar as forças armadas do Reino Unido "dez vezes mais letais".

Segundo comunicado oficial, a criação do curso foi motivada por uma revisão de conceitos de defesa que apontou a necessidade de desenvolver tecnologias mais avançadas de drones, além de aprimorar a capacidade de detectar e derrotar incursões de aeronaves hostis. A iniciativa integra um esforço mais amplo para fortalecer o Exército Britânico por meio de inteligência artificial, sistemas autônomos e drones.

Como disse Al Carns, ministro da defesa do Reino Unido, "este curso oferecerá aos jovens engenheiros um caminho rápido para carreiras na linha de frente da tecnologia, protegendo o país" — as



primeiras turmas serão de 20 alunos, 15 civis e 5 militares.

O movimento não é exclusivo do Reino Unido; há informes a respeito de cursos semelhantes em fase de planejamento ou já em andamento, em países como Estados Unidos, Polônia e Áustria.

No entanto, até o momento, apenas o programa britânico conta com envolvimento direto das forças armadas.

(*) Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, é professor, consultor e diretor do Fórum Brasileiro de Internet das Coisas – vjnjitz@gmail.com.

Agentic FinOps: uma nova era na gestão de custos em cloud

O avanço das aplicações corporativas, a digitalização dos negócios e, mais recentemente, a corrida global por Inteligência Artificial levaram o consumo de nuvem a um alto índice. Estimativas da Gartner indicam que os gastos mundiais com cloud devem atingir US\$723 bilhões até o fim de 2025, impulsionados por um crescimento anual de 21,5%. No entanto, de acordo com o relatório State of FinOps 2025, entre 27% e 32% deste montante poderia ser economizado com uma gestão mais eficiente.

Isso indica que, durante anos, as práticas de FinOps evoluíram pouco. A rotina nas empresas era pautada por processos manuais, inspeção humana constante, dashboards estáticos, alertas reativos e equipes especializadas operando em regime quase contínuo. Esse modelo, além de caro e pouco escalável, não acompanhava a velocidade, nem a complexidade, do ambiente cloud atual.

A popularização da IA acelerou ainda mais esse desafio. Cerca de 65% das organizações aumentou gastos específicos com Inteligência Artificial no ano passado, segundo dados do Randstad. Isso adiciona uma camada de complexidade relevante: instâncias de GPU (Unidade de Processamento Gráfico) de alto custo e modelos de consumo baseados em tokens, que flutuam em tempo real. Ajustar manualmente milhares de microserviços e clusters de GPU não é possibilidade real. O resultado disso tudo é que, de acordo com o relatório State of FinOps 2025, a "Otimização de Cargas de Trabalho" e a "Redução de Desperdício" permanecem como as duas maiores prioridades globais nas agendas dos CIOs (Chief Information Officers).

Mas esse cenário está mudando rapidamente com a era dos Agentic FinOps, uma evolução natural das práticas tradicionais. A aplicação de Agentes de IA Autônomos é capaz de identificar problemas, sugerir



detectar desperdícios, sugerir melhorias, priorizar ações segundo impacto financeiro, ajustar configurações técnicas e comerciais e monitorar tendências de anomalias em tempo real.

Um agente supervisor orquestra todo esse fluxo, garantindo coerência e coordenação entre as ações. A autonomia dos agentes traz, além de ganhos expressivos, a necessidade de cautela. A gestão financeira da nuvem não pode ser entregue de forma desgovernada. É indispensável estabelecer limites claros de confiança (Trust Boundary), mantendo o modelo de Human-in-the-Loop (HIL), ou seja, uma abordagem colaborativa que integra a contribuição e a experiência humana no ciclo de vida dos sistemas de machine learning e de inteligência artificial, para validações estratégicas.

Ferramentas e protocolos com guardrails, como o Open Policy Agent (OPA), ajudam a assegurar que os agentes atuem dentro das políticas e riscos aceitáveis pela organização. Em outras palavras: a IA executa, mas o humano define as regras do jogo.

À medida que a economia agêntica se consolida, veremos a maturação de um FinOps autogovernado, no qual a maior parte das ações será tomada de forma autônoma, com altos níveis de previsibilidade, segurança e alinhamento às intenções corporativas. Para o executivo de tecnologia moderno, a mensagem é direta: a era do monitoramento reativo ficou para trás. A gestão de custos em cloud deu um salto evolutivo, impulsionada por agentes de IA que executam, aprendem e otimizam continuamente e estão alinhados às intenções determinadas por humanos.

(Fonte: Paulo Laurentys é COO da A3Data, consultoria especializada em dados e Inteligência Artificial, parceira Advanced da AWS - Amazon Web Services).

News @ TI

Plataforma do Tecpar vai apoiar profissionais com dados de produtos com cannabis medicinal

O Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar) irá desenvolver uma plataforma integrada com informações sobre o uso de produtos derivados de cannabis medicinal. O objetivo é criar um ambiente seguro para consolidar dados clínicos, apoiar a prescrição assistida e oferecer suporte clínico a terapias com canabinoides. O projeto é fruto de um acordo de cooperação técnica firmado com a empresa Principia no final de 2025. Produtos de cannabis são aqueles que contêm derivados da planta cannabis sativa ou substâncias extraídas dela, destinados ao uso medicinal. Eles incluem, por exemplo, óleos, extratos, cápsulas, sprays, gomas, loções e flores secas, e dependem de autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para fabricação ou importação. Atualmente, por não serem classificados como medicamentos, os produtos de cannabis regularizados não passam pelas mesmas etapas de comprovação de eficácia e segurança exigidas para fármacos convencionais, nem estão plenamente inseridos em sistemas estruturados de farmacovigilância. Essa condição dificulta a identificação de efeitos adversos, interações medicamentosas e resultados terapêuticos.

Empresas & Negócios

José Hamilton Mancuso (1936/2017)

Editorias

Economia/Política: J. L. Lobato (lobato@netjen.com.br); Ciência/Tecnologia: Ricardo Souza (ricardosouza@netjen.com.br); Livros: Ralph Peter (ralphpeter@agenteliterarioralph.com.br);

Comercial: comercial@netjen.com.br

Publicidade Legal: lilian@netjen.com.br

Colaboradores: Claudia Lazzarotto, Eduardo Moisés, Geraldo Nunes e Heródoto Barbeiro.

Laurinda Machado Lobato (1941-2021)

Responsável: Lilian Mancuso

Webmaster/TI: Fabio Nader; Editoração Eletrônica: Ricardo Souza.

Revisão: Maria Cecília Camargo; Serviço informativo: Agências Brasil, Senado, Câmara, EBC, ANSA.

Artigos e colunas são de inteira responsabilidade de seus autores, que não recebem remuneração direta do jornal.

ISSN 2595-8410

Jornal Empresas & Negócios Ltda

Administração, Publicidade e Redação: Rua Joel Jorge de Melo, 468, cj. 71 – Vila Mariana – São Paulo – SP – CEP: 04128-080

Telefone: (11) 3106-4171 – E-mail: (netjen@netjen.com.br)

Site: (www.netjen.com.br). CNPJ: 05.687.343/0001-90

JUCESP, Nire 35218211731 (6/2003)

Matriculado no 3º Registro Civil de Pessoa Jurídica sob nº 103.